 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a, Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a Este grupo de trabalho tem como intuito propor um debate sobre a financeiriza?ão do agroneg?cio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbrica??o de elementos t?cnicos e morais que marcam a chamada ?sociedade do agroneg?cio? (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflex?es baseadas em trabalho etnogr?fico que proponham, por exemplo, compara?es entre o agroneg?cio para exporta??o e redes de troca de produtos n?o financeirizados, como ? o caso de sementes crioulas e produtos agroecol?gicos; descri?es de alian?as entre t?cnicos, ?rg?os de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produ??o e circula??o de produtos; estrat?gias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expans?o do agroneg?cio; etnografias sobre leil?es e mercados agropecu?rios que joguem luz sobre no?es correntes de economia e mercados; an?lises sobre as distintas temporalidades implicadas no ?dentro? e ?fora? da porteira, assim como em mercados f?sicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que t?m como foco central quest?es pr?prias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropria??o e conflito que seus interlocutores de pesquisa v?m enfrentando no meio rural brasileiro.

Comunidades Veredeiras do Norte de Minas: articulações políticas, processos territoriais e agrobiodiversidade

Autoria: Breno Trindade da Silva

Nas últimas décadas, assiste-se no Brasil a movimentação de inúmeros grupos organizados em torno do reconhecimento de identidades específicas tendo uma agenda diversificada com inúmeras reivindicações, dentre elas, talvez a mais importante, o pleito territorial. Organizados em movimentos sociais, esses coletivos, a muito pesquisados por antropólogos, historiadores, sociólogos, inicialmente eram tratados a partir dos estudos do campesinato. Essa tradição de pesquisa possibilitou as primeiras bases para o entendimento do que recentemente passou-se a chamar Povos e Comunidades Tradicionais e até certa medida campesinato contemporâneo. Nesse sentido, a região Norte de Minas Gerais apresenta-se como quadro rico e complexo de agrupamentos socioculturais que a partir da mobilização política e acesso a dispositivos legais, vêm acionando diferentes categorias identitárias na busca de reconhecimento e ampliação de direitos sociais. Entre a diversidade desses grupos destacam-se indígenas do povo Xakriabá e Tuxá, cerca de 173 comunidades quilombolas, além de um número ainda desconhecido de geraizeiros, vazanteiros, catingueiros, veredeiros e apanhadores de flores, que passaram a se reconhecer como os Sete Povos do Norte de Minas Gerais. Historicamente a formação da região Norte mineira está vinculada à intensa ocupação indígena, bem como ao bandeirismo preador de índios e exterminador de quilombos e à marcha progressiva das fazendas nordestinas de gado pelo interior do país que datam do Século XVII. Todavia, a ocupação mais agressiva do cerrado mineiro se deu nos anos 1970, em pleno regime ditatorial militar, culminando na formação de grandes maciços de eucaliptos decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal via Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste para viabilizar a indústria siderúrgica mineira. De conformidade com as resoluções e leis aprovadas na época, esses projetos atingiram a quantia de um milhão cento e dezoito mil hectares de terras ?devolutas?. Objetivo neste work entender como um conjunto de comunidades Veredeiras localizadas em Barra do Tamboril, 90 km do município de Januária, vêm articulando estratégias e alianças políticas regional e nacionalmente com objetivo de afirmação de sua identidade e defesa de seus territórios. Entre os inúmeros conflitos vivenciados estão o limite às áreas de uso

 ISBN: 978-85-87942-61-6

comum e degradação das microbacias pelos maciços de eucalipto que acabam por secar as veredas, espaços fundamentais para a existência dessas comunidades. Entre as estratégias locais destaca-se o cultivo e troca de sementes crioulas na busca de manutenção da agrobiodiversidade face às monoculturas empresariais desenvolvidas na região.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**